



Ordens profissionais batem o pé à intenção do PS lhes tirar poder

O grupo parlamentar do PS vai iniciar, a 6 de março, um processo de debate sobre o poder detido pelas ordens profissionais. Ordens aguardam com expectativa propostas, mas o receio de perda de capacidade regulatória precipita críticas a uma das medidas da troika que não saiu da gaveta.

DAVID SANTIAGO

dsantiago@negocios.pt

O processo ainda nem começou mas tudo aponta para que se o PS levar avante a intenção de reformar o quadro legal das ordens profissionais abra uma frente de guerra com estas entidades.

A generalidade dos bastonários ouvidos pelo Negócios, mesmo que na expectativa por propostas concretas, mostra reticências face a uma das poucas medidas preconizadas pela troika durante a intervenção externa que não saiu da gaveta.

Há uma semana, o Público avançou, citando a líder parlamentar socialista, Ana Catarina Mendes, que o PS vai lançar um debate acerca do poder das ordens profissionais para "ver como pode o Parlamento conseguir uma regulação mais justa".

A deputada Constança Urbano de Sousa, coordenadora do grupo de trabalho formado na bancada do PS para avaliar a questão, precisa que o objetivo passa por "definir os requisitos para o exercício e acesso às atividades profissionais e avaliar até que ponto existem restrições desproporcionais que não fazem sentido".

O processo terá início no próximo dia 6 de março com a audição do Conselho Nacional das ordens Profissionais (CNOP) e da Autoridade da Concorrência (AdC), cujo relatório e propostas de alterações legislativas às profissões liberais autorreguladas serve de base ao debate lançado pelo PS. E termina em finais de abril,

com a apresentação das conclusões do debate e eventuais propostas legislativas.

Constança Urbano de Sousa considera que o relatório da AdC "identifica uma série de constrangimentos limitativos do acesso e forma como as profissões são exercidas, possivelmente motivados pelo interesse corporativo".

E antecipa, portanto, que este "trabalho preparatório poderá conduzir a alterações legislativas que eliminem restrições que não façam sentido do ponto de vista do interesse público, que sejam desproporcionais ao objetivo e que facilitem o acesso de jovens a profissões regulamentadas".

Ordens arrasam AdC

Orlando Monteiro, presidente do CNOP, parte para a discussão com vontade de "contribuir para afinar a autorregulação das ordens profissionais", porém mostra-se crítico quanto ao relatório da AdC.

"É um relatório ideológico, que segue uma cartilha de regulação que não se adapta à realidade portuguesa. Arriscamo-nos a desqualificar totalmente estas profissões", avisa. Certo é que para o líder do CNOP este tema está longe de ser uma prioridade. "A autorregulação pelas ordens é no essencial adequada e eficaz", acrescenta avisando contra "a tentação do controlo político das ordens, que anda por aí".

Com reunião marcada com os deputados do PS para 9 de março, o bastonário da Ordem dos Advogados fala em "propostas [da AdC] altamente radicais, que pretendem uma desregulação de todos os setores regulados". Contudo, Luís Menezes Leitão afiança que qualquer tentativa de legislação no sentido da desregulação terá a "mais veemente oposição" dos advogados.

“

É um relatório ideológico, que segue uma cartilha de regulação que não se adapta à realidade portuguesa. Arriscamo-nos a desqualificar totalmente estas profissões.



ORLANDO MONTEIRO
Presidente do CNOP

“

Defenderemos sempre a exclusividade das sociedades de advogados contra a mistura com profissionais de outras áreas que não tenham de respeitar o mesmo código deontológico.



LUÍS MENEZES LEITÃO
Bastonário da Ordem dos Advogados

“

O que o relatório [da AdC] diz é que qualquer pessoa pode praticar atos de engenharia. Isto leva a liberalização ao limite e também ao descrédito e à insegurança dos cidadãos.



CARLOS ALBERTO AIRES
Bastonário da Ordem dos Engenheiros

O principal objetivo dos deputados do PS consiste em verificar se há restrições que são desproporcionais.

"Defenderemos sempre a exclusividade das sociedades de advogados contra a mistura com profissionais de outras áreas que não tenham de respeitar o mesmo código deontológico", afiança Menezes Leitão.

Na mesma linha, o bastonário da Ordem dos Engenheiros, Carlos Alberto Aires, considera que as propostas da AdC "põem em causa uma série de princípios que têm conferido confiança aos cidadãos em relação às ordens".

"O que o relatório diz é que qualquer pessoa pode praticar atos de engenharia. Isto leva a liberalização ao limite e também ao

descrédito e à insegurança dos cidadãos", acusa o líder dos engenheiros antes de ensaiar uma possível explicação para esta iniciativa: "as ordens são muitas vezes uma voz incómoda".

Já José Carlos Resende, bastonário da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução, mesmo temendo que os pressupostos defendidos pela AdC possam levar a uma "desregulação extrema e à perda de qualidade nos serviços prestados pelos profissionais", admite "que se possam melhorar os mecanismos".

Mais cauteloso, o bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel



TOME NOTA

O que propõe o relatório da Autoridade da Concorrência

A Autoridade da Concorrência elaborou um relatório sobre 13 profissões liberais autorreguladas em que avança propostas de alteração legislativa e regulatória que vão da separação da regulação e da representação, passando pela eliminação de restrições.

SEPARAR FUNÇÕES DE AUTORREGULAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

O órgão responsável pela concorrência em Portugal sustenta que o "modelo de autorregulação" que a lei define para as ordens profissionais "pode conduzir à adoção de regulamentos ineficazes, excessivos e que favorecem os interesses privados ou corporativos em detrimento do interesse público". Assim, propõe "a separação das funções regulatória e representativa através da criação de um órgão independente", o qual "poderá ser externo à ordem profissional e por setor de atividade" ou interno, "criado dentro da atual ordem profissional mas efetivamente separado dos restantes órgãos da ordem".

REAVALIAR ATIVIDADES

Considerando que "o título protegido com tarefas reservadas pode excluir outros profissionais do exercício da atividade", a AdC propõe eliminar "algumas das restrições atuais". A título de exemplo, para o caso dos advogados, notários, solicitadores e agentes de execução é defendida a abolição das atividades reservadas "nos casos em que essa proteção seja desproporcional, desadequada ou desnecessária".

REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO NAS ORDENS

A Autoridade da Concorrência propõe que sejam reavaliados os critérios relativos às qualificações académicas que são exigidas para fazer a inscrição das ordens profissionais. A ideia passa por encontrar "vias alternativas" que permitam "a inscrição a candidatos com outras formações que não as atualmente definidas", pois, no entender da AdC, o atual quadro "pode levar à diminuição do número de indivíduos que podem desenvolver de forma adequada as atividades em causa", o que se pode traduzir, a jusante, no aumento desnecessário de custos pelos profissionais, "conduzir a preços menos competitivos e [levar] à limitação das escolhas dos consumidores".

ACABAR COM RESTRIÇÕES À PROPRIEDADE

Outra das propostas que consta do relatório diz respeito à "eliminação de normas que restringem, total ou parcialmente, a detenção da propriedade de sociedades profissionais". A AdC sustenta que profissionais de áreas distintas de atividade possam, quer a título individual, quer enquanto entidades investidoras, "ser sócios majoritários e deter a maioria do capital social de sociedades" cuja área de atividade não seja a mesma da respetiva formação. Ou seja, é proposta a separação da "propriedade da sociedade de profissionais do exercício da atividade" propriamente dita.

REVER INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

No "Pano de Ação da AdC" é sugerida uma reavaliação da "proporcionalidade das incompatibilidades e impedimentos" que impeçam "a oferta de atividades multidisciplinares por parte das sociedades profissionais" para se proceder à eliminação daquelas que "sejam desproporcionais".

“

Ainda estamos a tentar perceber o alcance daquilo que serão as propostas e o interesse dos deputados do PS.



MIGUEL GUIMARÃES
Bastonário da Ordem dos Médicos

“

Temo que se possa perder qualidade nos serviços prestados pelos profissionais se se seguir uma desregulação extrema.



JOSÉ CARLOS RESENDE
Bastonário da Ordem dos Solicitadores

Troika queria menos rigidez nas ordens profissionais

Logo no primeiro ano (2011) do programa de assistência financeira de que Portugal beneficiou, as três organizações da troika (BCE, FMI e Comissão Europeia) produziram um relatório com medidas que tinham como objetivo diminuir a rigidez das ordens profissionais, e que, na prática, implicavam uma perda de poder relativo para as entidades representantes de profissões reguladas, bem como uma redução do seu número total. O relatório em causa fazia referência à revisão e redução do número de profissões reguladas e defendia ser necessário "liberalizar o acesso e exercício" de tais atividades, desde logo eliminando restrições à sua publicitação. As propostas então feitas pela troika mereceram pronta oposição das ordens profissionais. De todas as transformações exigidas pela troika naquele período, a reforma do enquadramento legal das ordens profissionais foi uma das poucas que não chegou a produzir efeitos.

corrência e ainda várias associações representativas de estudantes e de algumas categorias profissionais.

Contudo, a deputada socialista frisa que a avaliação da AdC "não pode ser metida na gaveta" e, quanto à possibilidade de uma eventual contenda com as ordens, sublinha que tal cenário, sendo "ainda prematuro, dependerá da bondade das posições assumidas".

"Se há requisitos absolutamente desproporcionais e as ordens, por interesse meramente corporativo, os queiram manter, então isso não deve servir de obstáculo", avisa a ex-ministra. ■

Guimarães, nota que é "o CNOP que está a coordenar o processo" e que, nesta fase, ainda se está a "tentar perceber o alcance daquilo que serão as propostas e o interesse dos deputados do PS".

Numa posição distinta face a outras ordens, já que médicos, assim como enfermeiros ou psicólogos, ficam, em grande medida, de fora das alterações sugeridas pela AdC, Miguel Guimarães assegura que a Ordem dos Médicos "está solidária com as outras ordens".

O líder dos médicos mostrou-se especialmente preocupado com a necessidade de corrigir uma

afirmação feita pela líder parlamentar socialista, que, ao Público, disse que a Ordem dos Médicos "tem de ser ouvida e determina a contratação de médicos no Serviço Nacional de Saúde". "É falso", assegura Guimarães.

PS quer evitar guerra, mas...

Constança Urbano de Sousa frisa que os deputados do PS não partem para a discussão "única e exclusivamente assentes no relatório da AdC". Por isso mesmo farão um conjunto de audições "tão alargado", que inclui 12 ordens, o CNOP, o próprio órgão público responsável por promover a con-